manchete

Sábado	Periodicidade: Semanal
	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
05-01-2023	Pagina(s): 51

O inimigo está entre eles

Estava escrito nas estrelas para quem quisesse, e soubesse, ler. A indemnização milionária de Alexandra Reis é uma questão política e moral mas, incontornavelmente, coloca um problema legal. É uma questão legal desde o primeiro instante. Pela mentira ao mercado de capitais, pelas omissões de todo o processo, por evidenciar uma clara manipulação da lei em nome da resolução de um litígio dentro da administração da TAP, pela falta de verdade, escrutínio interno na empresa e no governo, por quase tudo o que conhecemos, este caso escancarou a porta a uma investigação por administração danosa nesta empresa.

O Ministério Público abriu agora o inquérito e entregou-o ao DIAP de Lisboa. Espera-se que este departamento, outrora exemplar, quando dirigido por Maria José Morgado, não demore quatro ou cinco anos a chegar a uma conclusão, como tem acontecido nos últimos tempos.

Este caso da indemnização milionária revela ainda outra coisa, que não é nova mas que nunca atingiu a dimensão que temos visto por estes dias: há um problema sistémico nos partidos de governo e na relação destes com a gestão do erário público. É um problema que atravessa todos os partidos que governaram Portugal nos últimos 40 anos e exprime-se na ausência de mecanismos de controlo prévio na contratação e nomeação de altos titulares de cargos públicos e políticos. Exprime-se na dependência destes de redes informais de influência instaladas dentro dos partidos, numa legislação totalmente remendada, construída a quente, em cima dos escândalos, numa contradição radical entre os padrões éticos e de respeito pela lei que por cá vigoram, face às exigências legais que somos obrigados a assumir por pressão legislativa da União Europeia.

Em Portugal, criou-se uma teia quase inamovível de cumplicidades, dependências recíprocas, uma lei do silêncio baseada na gestão de conveniências inconfessáveis, que tornam quase impossível defender o interesse e o erário público em alguns setores.

Não existem critérios de admissão e contratação de governantes. A fuga a princípios de exigência é de tal ordem que as próprias regras de contratação de quadros na função pública foram tomadas de assalto pelas redes clientelares instaladas dentro do PS, PSD e, antes, do CDS.

A prova mais evidente disso está no despudor com que manipulam os concursos públicos, as leis que os enquadram, por forma a alimentarem a vasta rede de pessoal político, dependente de cunhas, favores e jeitinhos. É uma troca permanente entre favores e contrapartidas dadas em votos nos núcleos, concelhias, distritais, federações, autarquias, por aí adiante.

Os partidos, a sua máquina, vulgo "aparelho", controlam hoje tudo e impõem os seus critérios de enorme volatilidade, dependendo dos interesses do momento. Por isso, contratam e nomeiam em função dos interesses alinhados em cada ciclo político ou dos grupos mais restritos, constituídos em redor de personalidades dominantes. Fora disso, não há nada. Não há uma investigação prévia de fatores que possam, colocar, potencialmente, um conflito de interesses ou a pessoa a contratar ou nomear em rota de colisão com a lei. Como é óbvio, João Galamba vai ter problemas com a justiça. Como é óbvio, o próprio Duarte Cordeiro dificilmente escapará a um escrutínio de alguns dos seus atos de gestão na câmara de Lisboa. O próprio PSD tem gente na sua comissão política que, num cenário de poder, não resistirá a um escrutínio mais profundo. São todos ladrões? Nada disso. São pessoas politicamente expostas a quem é exigível maior prudência e mais rigor na gestão pública. Para quem o escrutínio interno e externo faz parte da bagagem do cargo.

O que não pode acontecer é a pantomina legal permanente. O exemplo máximo disso tem sido o código dos contratos públicos e a floresta de enganos que o recurso sistemático aos ajustes diretos gerou. Em nome da transparência e da necessidade de melhorar a contratação do Estado, o PS de Sócrates criou um quebra-cabeças, um clube de eleitos, uma hidra com múltiplos esquemas, que gerou verdadeiros monstros de ataque ao dinheiro público. Basta ver a enorme expressão de alguns desvios de dinheiro em câmaras mais pequenas, como foi o recente caso de Montalegre. Basta ver a comédia que tem sido toda a novela do ex-secretário de Estado Miguel Alves e das negociatas feitas com um inenarrável "empresário" seu amigo. Basta, também, ver como esta fonte de desgaste da credibilidade dos atores políticos ataca igualmente autarcas e dirigentes do PSD e de outros partidos.

O problema é sistémico, tem várias dimensões, e vai tender a judicializar cada vez mais a ação política. Não por culpa de uma república de juízes, mas de uma casta que está a comprometer a democracia e que prefere agitar o fantasma do inimigo externo quando, bem sabe, o inimigo está entre eles, que é o mesmo que dizer que está no coração do sistema político e partidário. Habituem-se!

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Director-geral editorial adjunto
Eduardo Dâmaso

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.